



CONSELHO
NACIONAL DO
MINISTÉRIO PÚBLICO

PORTARIA CNMP-PRESI N.º 107, DE 30 DE ABRIL DE 2014.

O PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, no uso de suas atribuições, com fundamento no art. 12, inc. XX e §1º, da Resolução n. 92, de 18/03/2013 (Regimento Interno do CNMP), resolve:

Art. 1º Designar DIMITRIUS VIVEIROS GONÇALVES, Promotor de Justiça, para atuar, pelo prazo de 6 (seis) meses, como membro colaborador da Comissão de Planejamento Estratégico, do Conselho Nacional do Ministério Público, sem prejuízo de suas funções junto ao Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RODRIGO JANOT MONTEIRO DE BARROS



PORTARIA Nº 104, DE 30 DE ABRIL DE 2014

O PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, no uso de suas atribuições, com fundamento no art. 12, inc. XX e §1º, da Resolução n. 92, de 18/03/2013 (Regimento Interno do CNMP), resolve:

Art. 1º Designar AUGUSTO CÉSAR LEITE DE RESENDE, Promotor de Justiça, para atuar, pelo prazo de 6 (seis) meses, como membro colaborador da Comissão de Planejamento Estratégico, do Conselho Nacional do Ministério Público, sem prejuízo de suas funções junto ao Ministério Público do Estado de Sergipe.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RODRIGO JANOT MONTEIRO DE BARROS

PORTARIA Nº 105, DE 30 DE ABRIL DE 2014

O PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, no uso de suas atribuições, com fundamento no art. 12, inc. XX e §1º, da Resolução n. 92, de 18/03/2013 (Regimento Interno do CNMP), resolve:

Art. 1º Designar AYLTON ELÁVIO VECHI, Corregedor-Geral do Ministério Público do Estado de Goiás, para atuar, pelo prazo de 6 (seis) meses, como membro colaborador da Comissão de Planejamento Estratégico, do Conselho Nacional do Ministério Público.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RODRIGO JANOT MONTEIRO DE BARROS

PORTARIA Nº 106, DE 30 DE ABRIL DE 2014

O PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, no uso de suas atribuições, com fundamento no art. 12, inc. XX e §1º, da Resolução n. 92, de 18/03/2013 (Regimento Interno do CNMP), resolve:

Art. 1º Designar ADRIANO TEIXEIRA KNFIPP, Promotor de Justiça, para atuar, pelo prazo de 6 (seis) meses, como membro colaborador da Comissão de Planejamento Estratégico, do Conselho Nacional do Ministério Público, sem prejuízo de suas funções junto ao Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RODRIGO JANOT MONTEIRO DE BARROS

PORTARIA Nº 107, DE 30 DE ABRIL DE 2014

O PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, no uso de suas atribuições, com fundamento no art. 12, inc. XX e §1º, da Resolução n. 92, de 18/03/2013 (Regimento Interno do CNMP), resolve:

Art. 1º Designar DIMITRIUS VIVEIROS GONÇALVES, Promotor de Justiça, para atuar, pelo prazo de 6 (seis) meses, como membro colaborador da Comissão de Planejamento Estratégico, do Conselho Nacional do Ministério Público, sem prejuízo de suas funções junto ao Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RODRIGO JANOT MONTEIRO DE BARROS

PORTARIA Nº 108, DE 30 DE ABRIL DE 2014

O PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, no uso de suas atribuições, com fundamento no art. 12, inc. XX e §1º, da Resolução n. 92, de 18/03/2013 (Regimento Interno do CNMP), resolve:

Art. 1º Designar ANA CRISTINA CUSIN PETRUCCI, Promotora de Justiça, para atuar, pelo prazo de 6 (seis) meses, como membro colaboradora da Comissão de Planejamento Estratégico, do Conselho Nacional do Ministério Público, sem prejuízo de suas funções junto ao Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RODRIGO JANOT MONTEIRO DE BARROS

PORTARIA Nº 109, DE 30 DE ABRIL DE 2014

O PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, no uso de suas atribuições, com fundamento no art. 12, inc. XX e §1º, da Resolução n. 92, de 18/03/2013 (Regimento Interno do CNMP), resolve:

Art. 1º Designar EDUARDO BARRETO D'ÁVILA FONTES, Promotor de Justiça, para atuar, pelo prazo de 6 (seis) meses, como membro colaborador da Comissão de Planejamento Estratégico, do Conselho Nacional do Ministério Público, sem prejuízo de suas funções junto ao Ministério Público do Estado de Sergipe.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RODRIGO JANOT MONTEIRO DE BARROS

PORTARIA Nº 110, DE 30 DE ABRIL DE 2014

O PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, no uso de suas atribuições, com fundamento no art. 12, inc. XX e §1º, da Resolução n. 92, de 18/03/2013 (Regimento Interno do CNMP), resolve:

Art. 1º Designar AIRTON PEDRO MARIN FILHO, Sub-procurador-Geral de Justiça, para atuar, pelo prazo de 6 (seis) meses, como membro colaborador da Comissão de Planejamento Estratégico, do Conselho Nacional do Ministério Público, sem prejuízo de suas funções junto ao Ministério Público do Estado de Rondônia.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RODRIGO JANOT MONTEIRO DE BARROS

SECRETARIA-GERAL

PORTARIA Nº 108, DE 5 DE MAIO DE 2014

O SECRETÁRIO-GERAL DO CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, no uso de suas atribuições, com fundamento no artigo 1º da Portaria CNMP-PRESI nº 333, de 10 de outubro de 2013, resolve:

Designar o servidor MAURÍCIO MATIAS DA COSTA, ocupante do cargo de Técnico do MPU/Apoio Técnico-Administrativo/ Administração, matrícula 22 261, para exercer a Função de Confiança, código FC-3, de Secretário Administrativo Nível III do Gabinete do Conselheiro Leonardo de Farias Duarte do Conselho Nacional do Ministério Público, prevista na Lei nº 11.967/2009.

BLAL YASSINE DALLOUL

PORTARIA Nº 110, DE 5 DE MAIO DE 2014

O SECRETÁRIO-GERAL DO CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, no uso de suas atribuições, com fundamento no artigo 1º da Portaria CNMP-PRESI nº 333, de 10 de outubro de 2013, resolve:

Declarar vago, por motivo de posse em outro cargo inacumulável, a partir de 10 de março de 2014, o cargo de Técnico do MPU/Apoio Técnico-Administrativo/ Administração, classe B, padrão 4, da carreira de Técnico do Conselho Nacional do Ministério Público ocupado pela servidora ALANA PINTO DE MACEDO DA SILVA, matrícula 82.014-8, nos termos do artigo 33, inciso VIII, da Lei nº 8.112, de 11/12/1990.

BLAL YASSINE DALLOUL

PORTARIA Nº 107, DE 5 DE MAIO DE 2014

O SECRETÁRIO-GERAL DO CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, no uso de suas atribuições, com fundamento no artigo 1º da Portaria CNMP-PRESI nº 333, de 10 de outubro de 2013, resolve:

Dispensar o servidor BRUNO LOURENÇO DA SILVA MACEDO CARVALHO, ocupante do cargo de Analista do MPU/Apoio Jurídico/ Direito, matrícula 23.913, do exercício da Função de Confiança, código FC-3, de Secretário Administrativo Nível III do Gabinete do Conselheiro Leonardo de Farias Duarte do Conselho Nacional do Ministério Público, previsto na Lei nº 11.967/2009, e nomeá-lo no Cargo em Comissão, código CC-3, de Assessor Nível III da Comissão de Acompanhamento Legislativo e Jurisprudência do Conselho Nacional do Ministério Público, previsto na Lei nº 12.412/2011.

BLAL YASSINE DALLOUL

PORTARIA Nº 109, DE 5 DE MAIO DE 2014

O SECRETÁRIO-GERAL DO CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, no uso de suas atribuições, com fundamento no artigo 1º da Portaria CNMP-PRESI nº 333, de 10 de outubro de 2013, resolve:

Nomear o servidor RENATO IRAJÁ DE PÁDUA, ocupante do cargo de Analista do MPU/Apoio Jurídico/ Direito, matrícula 23.679, para exercer o Cargo em Comissão, código CC-3, de Assessor Nível III da Comissão de Controle Administrativo e Financeiro do Conselho Nacional do Ministério Público, previsto na Lei nº 12.412/2011.

BLAL YASSINE DALLOUL

Ministério Público da União

ATOS DO PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA

PORTARIA Nº 292, DE 24 DE ABRIL DE 2014

O PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA, no uso de suas atribuições e tendo em vista a deliberação do Conselho Superior do Ministério Público Federal na 3ª Sessão Extraordinária, realizada em 22 de abril de 2014 (processo CSMPP nº 1.00.001.006014/2014-71), resolve:

Autorizar o afastamento temporário de suas funções institucionais e do País, com ônus limitado, do Procurador da República FERNANDO ZELADA, lotado na Procuradoria da República em Eunápolis-BA, no período de 5 a 16 de maio de 2014, para participar do curso "Combate ao Crime Organizado", a ser realizado na cidade de Roma, Itália, no período de 4 a 18 de maio de 2014.

RODRIGO JANOT MONTEIRO DE BARROS

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS

PORTARIA Nº 145, DE 28 DE ABRIL DE 2014

A SECRETÁRIA DE GESTÃO DE PESSOAS DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, no uso da competência que lhe foi atribuída pelo art. 1º, da Portaria SG/MPF nº 1.544, de 22/10/2013, e tendo em vista o constante no Processo Administrativo nº 1.33.000.001214/2014-19, resolve:

Declarar vago, por motivo de posse em outro cargo público inacumulável, a partir de 02 de abril de 2014, o cargo de Analista do MPU/Apoio Jurídico/Direito, classe A, padrão 2, da carreira de Analista do Ministério Público da União, ocupado pelo servidor CHARLES BATTISTI ARCHER, matrícula nº 25000, nos termos do art. 33, inciso VIII, da Lei nº 8.112, de 11/12/1990.

SABRINA DE ARAUJO MAIOLINO

PORTARIA Nº 157, DE 5 DE MAIO DE 2014

A SECRETÁRIA DE GESTÃO DE PESSOAS DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, no uso da competência que lhe foi atribuída pelo art. 1º, da Portaria SG/MPF nº 1.544, de 22/10/2013, e tendo em vista o constante no Processo Administrativo nº 1.00.000.006226/2014-72, resolve:

Declarar vago, por motivo de posse em outro cargo público inacumulável, a partir de 30 de abril de 2014, o cargo de Analista do MPU/Apoio Técnico Especializado/Planejamento e Orçamento, classe A, padrão 2, da carreira de Analista do Ministério Público da União, ocupado pelo servidor ALEXANDRE FRANCISCO LEITE DE ASSIS, matrícula nº 23992, nos termos do art. 33, inciso VIII, da Lei nº 8.112, de 11/12/1990.

SABRINA DE ARAUJO MAIOLINO

PORTARIA Nº 158, DE 5 DE MAIO DE 2014

A SECRETÁRIA DE GESTÃO DE PESSOAS DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, no uso da competência que lhe foi atribuída pelo art. 1º, da Portaria SG/MPF nº 1.544, de 22/10/2013, e tendo em vista o constante no Processo Administrativo nº 1.00.000.006177/2014-78, resolve:

Declarar vago, por motivo de posse em outro cargo público inacumulável, a partir de 08 de abril de 2014, o cargo de Técnico do MPU/Apoio Técnico-Administrativo/ Administração, classe A, padrão I, da carreira de Técnico do Ministério Público da União, ocupado pela servidora CAMILA GARCIA SCRAMIM ZEQUIM, matrícula nº 25553, nos termos do art. 33, inciso VIII, da Lei nº 8.112, de 11/12/1990.

SABRINA DE ARAUJO MAIOLINO

PROCURADORIA DA REPÚBLICA
DA 2ª REGIÃO

PORTARIA Nº 63, DE 30 DE ABRIL DE 2014

O PROCURADOR-CHEFE DA PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA DA 2ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais, nos termos dos poderes que lhe são conferidos pela Portaria PGR nº 279, de 14 de abril de 2014, e tendo em vista o disposto na Portaria PGR nº 393, de 11 de setembro de 1997, resolve:

I - Dispensar, a partir de 15/04/2014, a servidora CIÁUDIA NASCIMENTO DO AMARAL, Técnico do MPU/Apoio Técnico-Administrativo/ Administração, matrícula 20785, da função de Confiança de Secretário Nível - II, FC-2, do Gabinete de Procurador Regional da República da Procuradoria Regional da República da 2ª Região.

JOSE AUGUSTO SIMOES VAGOS

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO
DO ESPÍRITO SANTO

PORTARIA Nº 150, DE 2 DE MAIO DE 2014

O PROCURADOR-CHEFE DA PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria PGR nº 727, de 22 de dezembro de 2011, resolve:

Exonerar CYNTHIA BOF DE ANDRADE LOUBACK, Matrícula nº 16026, ocupante do cargo efetivo de Técnico do MPU/Apoio Técnico-Administrativo/ Administração, do cargo em comissão de Assessor - Nível II, CC-2, do Gabinete do Dr. Flávio Bhering Leite Praça, Procurador Regional Eleitoral, da Procuradoria da República no Estado do Espírito Santo.

ANDRÉ CARLOS DE A PIMENTEL FILHO

PORTARIA Nº 151, DE 2 DE MAIO DE 2014

O PROCURADOR-CHEFE DA PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria PGR nº 727, de 22 de dezembro de 2011, resolve: